

FAMÍLIA E SUAS RELAÇÕES SOCIAIS E INSTITUCIONAIS

Estimadas leitoras e estimados leitores,

No segundo número do ano de 2021 da revista **OIKOS: Família e Sociedade em Debate** são apresentados e reunidos na seção variata nove artigos que abordam temas que perpassam os estudos da família em interface com o Serviço Social, escolas, direitos reprodutivos, diferentes modos de parentalidade, violência religiosa e violência de gênero, tecnologia digital, mais especificamente sobre as redes sociais e, relações entre patroas e trabalhadoras, no que se refere ao trabalho doméstico remunerado.

Os cinco artigos iniciais narram questões acerca do tema **família**. O primeiro deles intitulado *O Serviço Social e os estudos sobre famílias*, de autoria de Keli Regina Dal Prá, Bruno Grah e Michelly Laurita Wiese, propõe a reflexão sobre a relação do Serviço Social com a família, a partir de uma produção teórica no referido campo do saber. Nessa perspectiva, os autores problematizam como o tema, historicamente relacionado ao trabalho das/dos assistentes sociais, não tem acompanhado os avanços teórico-metodológicos, técnico-operativos e ético-políticos ocorridos na profissão.

O segundo artigo, *A relação família e escola no processo educativo: Uma revisão integrativa*, Francisco Elionardo de Melo Nascimento, Maria Raele Fernandes Paiva, Ricardo Costa Frota e Mary Helen Aragão Sousa colocam em debate a parceria entre família e escola no desenvolvimento dos educandos, por meio de análises atuais e originais, principalmente as que estão situadas no cenário brasileiro. Na análise proposta pelo artigo, evidencia-se que o sucesso do processo educativo de crianças depende da relação harmônica entre escola e família, visando conferir resultados positivos em todo o contexto educacional, bem como um maior rendimento escolar e uma compreensão crítica de mundo por parte dos alunos que, em consequência, se tornam mais reflexivos, autoconfiantes e participativos.

No terceiro texto, *Famílias monoparentais masculinas: escolhas e sentimentos construídos em torno da monoparentalidade*, Leiliane Souza Bhering e Márcia Barroso Fontes trazem a experiência de famílias monoparentais masculinas, refletindo sobre a identificação dos pais nesse arranjo. Por meio de entrevistas com pais, as autoras buscam compreender a relação desses adultos com os filhos, a tomada de decisão pela monoparentalidade e os limites de seu

reconhecimento por parte da sociedade, ainda marcada por preconceitos a respeito dessa configuração familiar.

O quarto artigo, *O exercício dos direitos sexuais e reprodutivos por mulheres com deficiência mental ou intelectual no direito brasileiro*, é desenvolvido por Ana Clara das Chagas Souza e Débora Fernandes Pessoa Madeira. As autoras buscam compreender a efetivação dos direitos reprodutivos e sexuais por mulheres com deficiência mental e/ou intelectual. Visando analisar algumas conquistas femininas no âmbito jurídico quanto à reprodução e sexualidade, as autoras analisam o modelo social de deficiência preconizado pela legislação e exploram o exercício de maternidade e da sexualidade por mulheres com deficiência no Brasil.

Ainda no campo da discussão sobre família, o quinto ensaio cujo título é *A “coisificação” do filho: A responsabilização civil dos adotantes*, escrito por Joana Vieira França Menegatti e Magda Cristiane Detsch da Silva, tematiza o Direito de Família e assinala a responsabilização civil em casos de adoção. O objetivo das autoras é descrever os princípios norteadores da adoção no Brasil, desvelando como esta é pensada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Além disso, caracterizam a adoção como medida irrevogável e irrenunciável, examinando a responsabilização civil dos adotantes no caso de devolução dos filhos, perpassando pelas questões da socioafetividade como fator de vínculo adotivo e, ainda, sobre o abandono.

Especificamente sobre o tema **violência**, o sexto artigo com o título *Violência religiosa e formas de resistência: O caso dos cultos de matrizes africanas*, de Kamila Teixeira e João Bosco Hora Góis, apresenta uma análise sobre a violência dirigida contra religiões de matrizes africanas no Brasil e algumas formas de enfrentamento desse acontecimento. Os autores probç-lematizam um conjunto de reportagens sobre o tema, por meio das quais inferem sobre as religiões mais agredidas, os principais perpetradores da violência religiosa e os estados brasileiros mais afetados por esse evento.

O sétimo artigo, seguindo o tema anteriormente citado, intitulado *Violência e gênero no meio universitário: Estilo de vida, características pessoais e probabilidade de vitimização*, de autoria de Steffany Costa Jardim, Cícero Augusto Silveira Braga, Viviani Silva Lirio, provoca uma reflexão sobre a perpetuação da violência contra estudantes universitárias em uma cidade de Minas Gerais. Por meio de dados obtidos em uma instituição de ensino, os autores se referenciam nas teorias da vitimização e buscam examinar se há relação entre as características da vítima, bem como do espaço social com o tipo de violência vivenciada. De maneira complementar, utiliza-se no referido artigo um modelo bivariado de observância da relação desagregada em violências objetivas e subjetivas.

Variando um pouco a temática para o campo da **tecnologia digital**, apresenta-se no oitavo ensaio denominado *O uso das redes sociais de uma perspectiva de gênero*, de autoria de Neide Maria de Almeida Pinto, Joyce Keli do Nascimento Silva e Ana Louise de Carvalho Fiúza. As autoras realizam um estudo sobre os usos e as finalidades atribuídos por homens e mulheres às Tecnologias de Informação e da Comunicação (TIC) buscando compreender sua relação com os papéis sociais desempenhados pelos diferentes gêneros no espaço doméstico. O artigo examina a existência de desigualdades de gênero na análise da posse e da utilização de equipamentos tais como a televisão, o celular, o computador e a própria *internet* no âmbito privado da casa.

Com o tema no âmbito do **trabalho doméstico remunerado**, o nono e último artigo, de Tatiane de Oliveira Pinto, é intitulado *“Entre a minha casa e a casa da patroa”: Itinerários, consumo e histórias de trabalhadoras domésticas de Nova Iguaçu, Baixada Fluminense – RJ*. A autora faz uma discussão sobre vivências de trabalhadoras domésticas, através de uma análise da relação entre o espaço privado da casa das famílias empregadoras, local onde essas mulheres trabalham, e a demarcação de itinerários percorridos a partir de suas atividades laborais e seus fluxos de vida. A autora discorre sobre algumas situações descobertas em seu campo de estudo, onde foi possível descortinar determinadas percepções das domésticas sobre o seu trabalho e, ainda, identificar características particulares de suas trajetórias como sujeitos e experiências em relação ao consumo e a cidadania.

Esperamos que a leitura seja agradável e enriquecedora.

Tatiane de Oliveira Pinto¹

¹ Doutora em História, Política e Bens Culturais pelo CPDOC - FGV / RJ (2019). Professora no curso de graduação em Serviço Social, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Desenvolve pesquisas na área de Estudos de Gênero, Relações Étnico-Raciais e Trabalho Feminino/ Trabalho Doméstico. Email: oliveira.tatianede@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1039-9233>